

## Congresso aprova a MP da Microempresa

*Na sessão de ontem à noite, parlamentares também votaram a autorização de abertura de créditos extraordinários para diversos órgãos dos três Poderes*



Senadores participam da instalação da CPI, que tem Bernardo Cabral como presidente

### Instalada CPI dos Títulos Públicos

O Senado instalou na tarde de ontem a CPI dos Títulos Públicos, que elegeu como presidente e vice-presidente os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM) e Geraldo Melo (PSDB-RN). Roberto Requião (PMDB-PR) será o relator. A comissão fará a primeira reunião de trabalho no dia 11, para definir o roteiro de suas atividades.

O senador Vilson Kleinübing (PFL-SC) sugeriu que a comissão faça uma espécie de "recomendação cautelar" aos governos estaduais no sentido de bloquear os títulos.

O senador José Serra (PSDB-SP) sugeriu que a CPI requeira o relatório das investigações do Banco Central sobre o assunto.

Já o senador Jäder Barbalho (PMDB-PA) apresentou requere-

mento no sentido de que a CPI prorogue, por 90 dias, o seu prazo de funcionamento.

A CPI é integrada ainda pelos senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Fernando Bezerra (PMDB-RN), Hugo Napoleão (PFL-PI), José Agripino (PFL-RN), José Eduardo Dutra (PT-SE) e pela senadora Emília Fernandes (PTB-RS).

O Congresso Nacional, em sessão presidida pelo senador Júlio Campos (PFL-MT), aprovou na noite de ontem o projeto de lei de conversão da medida provisória que estabelece o regime tributário especial para as microempresas e as empresas de pequeno porte.

Um dos primeiros a falar na sessão, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) disse que, de Norte a Sul, o País aguardava a aprovação desse novo estatuto que, em sua opinião, significará o crescimento para milhares de pequenos empresários em todo o Brasil. Segundo o senador, o novo estatuto vai tirar inúmeras empresas da sonegação fiscal.

Foram aprovadas ainda mais três medidas provisórias: a que dispensa a comprovação de regularidade do recolhimento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) para fins de financiamento do Pronaf; a que trata de alocação de recursos para o Fundo de Amparo ao Trabalhador; e a que cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual.

O Congresso Nacional também aprovou 22 projetos de lei autorizando a abertura de créditos suplementares e sete projetos de lei sobre créditos especiais. Foram beneficiados com esses créditos empresas estatais, com dois créditos, um no valor de R\$ 2,19 bilhões e outro de R\$ 586,72 milhões; diversos órgãos dos três Poderes, com R\$ 1,57 bilhão; e o governo do Distrito Federal.

### Geraldo Melo defende o fim do precatório

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) defendeu ontem "a erradicação do precatório da estrutura jurídica do País", assinalando que a CPI dos Títulos Públicos, que foi instalada no final da tarde, representa uma oportunidade para a sociedade discutir a verdadei-



Geraldo Melo

ra reforma de que precisa o Estado brasileiro.

"O Estado precisa descobrir que as suas obrigações perante terceiros têm de ser honradas", afirmou o senador, ao justificar a defesa da extinção dos precatórios.

Geraldo Melo pediu o apoio dos senadores para duas ma-

térias em tramitação na Casa: o projeto de lei do Senado que impede o Estado, nos seus pagamentos, de fazer exigências que não estavam em vigor quando a obrigação foi constituída e a proposta que incorpora entre as várias modalidades de pagamento do Tesouro Nacional a compensação de crédito.



# Chega ao final votação de projeto que cria a Aneel

*Plenário rejeita emendas e proposta que institui agência destinada a controlar política energética do País será agora encaminhada à sanção do presidente da República*

Com a rejeição de quatro emendas pendentes, o plenário do Senado concluiu ontem a votação do projeto de lei oriundo da Câmara, de iniciativa do Executivo, que cria a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), destinada a regular e fiscalizar tudo o que diz respeito a energia elétrica no País. O projeto vai agora à sanção presidencial.

Na defesa de uma das suas emendas, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) afirmou que ela preservava algum controle sobre o setor por parte da sociedade, praticamente inexistente no projeto, ao criar um Conselho do Serviço Público de Energia. Segundo o senador, a emenda resgatava o texto original, de iniciativa do Executivo.

Na votação desta e das ou-

tras três emendas, os senadores seguiram o parecer contrário do relator de plenário, senador José Fogaça (PMDB-RS). Para o senador, o conselho original tinha um mero poder consultivo e a decisão da Câmara "foi sábia, já que ele era apenas retórico". A emenda de Dutra, no entanto, daria tais poderes ao conselho que a

independência da Aneel seria anulada, disse.

O plenário também aprovou projeto de lei da Câmara, de iniciativa do Ministério Público Federal, que altera de 170% para 285% o limite máximo de gratificação extraordinária devida aos servidores da categoria funcional de Técnico do Ministério Público da União.

Como foi aprovada emenda do relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), determinando que os efeitos financeiros só serão produzidos a partir da publicação da lei, o projeto volta à Câmara dos Deputados. Na proposta original, esses efeitos retroagiriam a 5 de julho de 1995.

## Rito sumário nas desapropriações pode ser votado amanhã

Em sessão extraordinária realizada no início da noite de ontem, o plenário do Senado aprovou pedido de urgência para o projeto de lei complementar da Câmara que dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, nas ações de desapropriação de imóvel rural

para fins de reforma agrária. O projeto altera lei complementar de 1993 e deverá constar da ordem do dia de amanhã, quinta-feira.

O requerimento de urgência foi assinado pelos senadores José Eduardo Dutra (SE), líder do PT; Elcio Alvares (PFL-ES), líder do governo; Epitácio Cafeteira (MA), líder

do PPB; Valmir Campelo (DF), líder do PTB; Geraldo Melo (PSDB-RN), Joel de Hollanda (PFL-PE) e Ney Suassuna (PMDB-PB).

O projeto aprovado na Câmara modifica quatro artigos da lei complementar sobre o rito sumário, tornando mais rápida a liberação das áreas desapropriadas.

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE Senador José Sarney

10h - Despachos Internos

10h30 - Recebe o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente

11h - Recebe o governador do Amapá, João Alberto Capiberibe

14h30 - Preside sessão deliberativa do Senado

18h30 - Participa da apresentação do Coral do Senado. *Salão Negro do Congresso Nacional*

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

**Pauta:** Apreciação de nove projetos de decreto legislativo renovando a concessão de emissoras de radiodifusão; \*PLS nºs 90, 91 e 93/96, autorizando o Poder Executivo a criar Escolas Técnicas Federais em São João da Baliza (RR), Mucujai (RR), Rondonópolis (MT); e \*PLS nº 102/96, que dispõe sobre a exibição de filmes brasileiros de curta metragem.

### COMISSOES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (reunião conjunta)

**Pauta:** \*PLC nº 84/96, que dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - CPI do Trabalho Infantil

**Pauta:** Exposição da representante do Fórum em Defesa das Crianças e Adolescentes, Jussara de Goyás; do relator da CPI da Prostituição Infantil na Câmara Legislativa do Distrito Federal, deputado Antônio José (Cafu); e do diretor da Organização Internacional do Trabalho (OIT), João Carlos Alexim. *Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h30 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PEC nº 41/95, que revoga o § 3º do art. 192 da Constituição, que limita as taxas de juros reais em 12% ao ano; \*PEC nº 53/95, que acrescenta parágrafos ao art. 14 da Constituição, dispondo sobre a ação de impugnação de mandato eletivo; \*PEC nº 44/95, que altera os arts. 153 e 156 da Constituição, no que diz respeito ao Imposto sobre Propriedade Territorial Rural; \*PEC nº 47/95, que institui a Justiça Agrária; \*PEC nº 12/91, que cria o Conselho

Nacional de Justiça; \*PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; \*PEC nº 9/96, que acrescenta parágrafos ao art. 24 da Constituição federal e altera a redação do seu inciso XVI, que trata da organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis e da perícia oficial; \*PEC nº 20/96, que altera a nomenclatura de vereador para deputado municipal; \*PEC nº 6/96, que torna o voto facultativo; \*PEC nº 7/96, que determina que terá início pelo Senado a discussão e votação dos projetos que interferiram nas relações federativas; \*PEC nº 52/95, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País; \*PEC nº 35/95, que estabelece adaptações na organização do Ministério Público, corrigindo tendências concentradoras que se revelaram incompatíveis e institucionalmente prejudiciais, em termos de eficiência operativa; \*PEC nº 5/96, que estabelece a instituição mista de ensino; **Matérias terminativas:** \*PLS nº 84/95, que altera o art. 118 da Lei nº 5.882/71 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos); \*PLS nº 07/96, que dispõe sobre o sistema de proteção aos credores e devedores; e \*PLS nº 13/95, que dispõe sobre a instituição de cota mínima de 20% das vagas das instituições públicas de ensino superior para alunos carentes. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h30 - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.528/96, que dispõe sobre o imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

**Pauta:** Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho*

11h - Comissão Especial destinada a proceder ao exame de sugestões encaminhadas por governadores (Processos Diversos nºs 90 a 96/96) e das matérias em tramitação na Casa referentes ao endividamento dos estados e municípios

**Pauta:** Instalação da comissão. *Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa*  
17h - Comissão Especial destinada a promover discussões e estudos que resultem em propostas de aperfeiçoamento das políticas governamentais para a região Nordeste, inclusive seu acompanhamento e avaliação

**Pauta:** Exposição do ministro da Ciência e Tecnologia, Israel Vargas, sobre a atuação do ministério na região Nordeste. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho*

# Aprovado efeito vinculante para decisão do STF

*Súmulas do Supremo deverão ser obedecidas por todos os juízos inferiores e no âmbito da administração pública, conforme projeto acolhido pela Comissão de Justiça do Senado*

Por 10 votos a 2, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem substitutivo a proposta de emenda constitucional estabelecendo que "as decisões definitivas de mérito, sumuladas, do Supremo Tribunal Federal (STF), se este assim o declarar, terão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo". Isso significa que tais decisões terão que ser obedecidas por todos os juízos inferiores e no âmbito da administração pública.

A proposta original é de autoria do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB). A iniciativa do senador pela Paraíba havia sido acolhida na íntegra pelo relator, senador Jefferson Peres (PSDB-AM). Mas o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) encaminhou voto em separado, estabelecendo que cabe-



Iris (E), ao lado de Alcântara e Tebet, preside a CCJ

ria ao Senado deliberar sobre as decisões do Supremo que teriam efeito vinculante. Peres discordou da idéia, afirmando que ela introduzia verdadeiro controle do Poder Legislativo sobre o Poder Judiciário. Entretanto, acatando em parte os argumentos do senador petista, o relator ofereceu emenda substitutiva, dispondo que o Supremo terá que definir quais decisões deverão ser obedecidas nas instâncias inferiores.

No parecer sobre a proposição, que será submetida agora à apreciação do plenário, o relator afirmou ser inegável que a Justiça precisa de mecanismos que a tornem mais ágil. E sustentou que a exigência de que a matéria seja sumulada, para produzir efeito vinculante, "implica haver meditação e consolidação dos julgados".

## Medidas Provisórias

A CCJ adiou para hoje a votação de novas regras para a

edição de medidas provisórias. Estão em discussão um substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) a cinco emendas à Constituição sobre a matéria e o trabalho produzido por Comissão Especial Interpartidária, cujo relator foi o senador Josaphat Marinho (PFL-BA). Dois votos em separado - dos senadores José Eduardo Dutra e Lúcio Alcântara (PSDB-CE) - propõem a aprovação do texto de Josaphat Marinho.

As novas regras para a edição de medidas provisórias foram discutidas na sessão de ontem pelos dois relatores e pelos senadores Romeu Tuma (PSL-SP), José Eduardo Dutra, Bernardo Cabral (PFL-AM), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Jefferson Peres, Ney Suassuna (PMDB-PB) e Pedro Simon (PMDB-RS). A reunião da CCJ foi presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO).

## Cafeteira insiste: Título precisa ter fotografia do eleitor

O líder do PPB no Senado, Epiácio Cafeteira (MA), defendeu ontem a volta da fotografia ao título eleitoral, como ocorria antes de 1986. Ele pediu que a Mesa Diretora da Casa envie ao Tribunal Superior Eleitoral seu apelo em favor dessa exigência. Na forma atual, segundo o senador, o título de eleitor no Brasil equivale a um "título ao portador", gerando eleições contestadas, como, segundo disse, acaba de acontecer em Mato Grosso do Sul.

- Estamos assistindo a denúncias de que, em Campo Grande, foram alugados títulos para as últimas eleições. O interessado alugava um título e entregava a uma pessoa de sua confiança para votar em determinado candidato. Desde 1986, quando retiraram a foto do eleitor do do-



Epiácio Cafeteira

cumento, eu denuncio que o título eleitoral foi transformado num título ao portador - disse.

Cafeteira considera um absurdo que o título exiba um enorme espaço onde caberia uma foto de tamanho

três por quatro, mas dispense essa foto, destinando o espaço à impressão digital do eleitor. "O título tem um brutal espaço para impressão digital, mas na hora de votar não existe nenhum datiloscopista na mesa de votação", criticou.

Referindo-se ao empenho do Tribunal Superior Eleito-

ral em fazer eleições informatizadas no País, ele disse que mais importante é garantir a transparência dos pleitos mediante a exigência da fotografia no título. "Não interessa termos o resultado da eleição em tempo recorde se o resultado correr o risco de ser uma fraude eleitoral", argumentou.

## Tebet apóia sugestão, mas vê normalidade no MS

Ao sustentar que as eleições municipais em Campo Grande transcorreram na mais completa ordem e transparência, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) apoiou ontem o discurso do senador Epiácio Cafeteira em favor da volta da fotografia ao título eleitoral. Mas explicou que, para que isso aconteça, será necessário um novo cadastramento dos eleitores em

todo o País.

Relator do projeto que resultou na lei eleitoral aplicada nas últimas eleições, Tebet disse que também se esforçou para que o título voltasse a apresentar a fotografia do eleitor. "Todavia, houve fortes apelos no País no sentido de fazer com que a cidadania não ficasse comprometida com essa exigência", esclareceu.

Tebet explicou que o pró-

prio presidente do Tribunal Superior Eleitoral chegou a apelar para que não se aplicasse essa exigência nas últimas eleições, daí por que o Legislativo aprovou a lei como ela se encontra. Sustentando que também é a favor de uma legislação que volte a exigir essa fotografia, Tebet reafirmou que o pleito em seu estado transcorreu dentro da mais completa normalidade.



# Osmar Dias critica política agrícola

*Embora fale em globalização da economia, governo não adota qualquer planejamento para tornar o País mais competitivo no mercado internacional, observa o senador*

O senador Osmar Dias (PR) criticou ontem a política agrícola do governo, afirmando que, embora fale em globalização da economia, o poder público não tem qualquer planejamento para tornar o País mais competitivo no exterior. Ele citou como exemplo a política de produção e comercialização do trigo, cujo resultado este ano consiste na importação do alimento enquanto a última safra se encontra armazenada, à espera de preços que justifiquem sua comercialização.

- O governo brasilei-



Osmar Dias

ro, pela primeira vez, incentivou o plantio para uma safra de 2 milhões e 800 mil toneladas. Fez certo quando incentivou o plantio de uma área maior, mas

abandonou completamente os produtores na hora da comercialização. Por isso, 1 milhão de toneladas estão nos armazéns, enquanto o Brasil importa 6 milhões e 800 mil toneladas de trigo - disse o senador.

Conforme Osmar Dias, em consequência dessa política, os moinhos brasileiros se desinteressaram pelo trigo nacional, formando um cartel que só não prejudica o trigo importado. "Nosso trigo está sendo jogado aos porcos, estamos condenando o setor da triticultura nacional

a eliminar 250 mil empregos. E o governo não toma nenhuma iniciativa", frisou ele.

O senador acha que o Brasil deve adotar providências urgentes para não desmantelar sua estrutura produtiva dentro do Mercosul, e apresentou várias sugestões, entre elas a de criação de um grupo de acompanhamento do mercado do trigo, no âmbito do Fórum Nacional de Agricultura, composto por produtores, moageiros, pelo Banco do Brasil e pelas áreas governamentais envolvidas.

## Lobão: Madeireiras são alvo fácil para estrangeiros

O senador Edison Lobão (PFL-MA) apresentou ontem requerimento dirigido ao ministro Gustavo Krause, do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, para que ele informe se dispõe de evidências sobre a compra de terras na Amazônia por madeireiras do sudeste asiático. A preocupação do senador decorre do fato de que as madeireiras nacionais se encontram economicamente fragilizadas, constituindo alvo fácil para aquisição maciça por empresas estrangeiras.

Edison Lobão deseja saber também quais madeireiras asiáticas já se encontram registradas no Ibama e quais seus objetivos; qual a extensão das áreas já adquiridas; se essas terras garantirão

o suprimento de matéria-prima florestal necessária às mesmas; se existem indícios de celebração de *contratos de gaveta* entre empresas asiáticas e proprietários de terra na região; se há alguma fiscalização especial junto a essas empresas; e que indústrias localizadas na Amazônia foram adquiridas recentemente por asiáticos.

Lembrando que os meios de comunicação vêm divulgando informações sobre uma verdadeira corrida de indústrias do sudeste asiático em direção à Amazônia, Lobão disse ser "incrível que tal fato possa estar ocorrendo sem qualquer reação oficial". Em sua opinião, a realidade institucional do País não recomenda essa aparente despreocupação do governo federal.



Lobão quer informações sobre compra de terras na Amazônia por asiáticos

### Serviço informativo 24 horas do Senado Federal

**D**esenvolvido especialmente para dar suporte às emissoras de rádio e assessorias de comunicação, o Serviço 24 Horas do Senado funciona integrado ao sistema de discagem direta gratuita da Telebrás.

- Ao ligar para 0800 (61) 4455, você encontra a seguinte programação:
- das 9h às 11h, a Agenda Senado - um resumo diário de todas as atividades legislativas programadas;
  - das 11h às 14h30, a edição Amazônia do informativo Senado em Linha Direta;
  - das 14h30 às 18h, a edição Nordeste do informativo Senado em Linha Direta, e
  - das 18h às 9h do dia seguinte, a edição Nacional do informativo Senado em Linha Direta.

# Simon pede ao governo estratégia para globalização

Senador cobra mecanismos de proteção à indústria nacional, pois vários fabricantes de brinquedos já pediram concordata e o setor de autopeças atravessa momento dramático



Ademir Andrade

## Ademir defende o reconhecimento de curso em Santarém

Um total de 150 bacharéis em Direito formados pelo Instituto Santareno de Ensino Superior, de Santarém (PA), estão impedidos de exercer a profissão, devido a dificuldades burocráticas criadas pelo Ministério da Educação, informou ontem o senador Ademir Andrade (PSB-PA), dizendo esperar que o órgão "assuma as suas responsabilidades" e reconheça oficialmente o curso.

Conforme informações da Câmara dos Vereadores de Santarém, citadas pelo senador, o processo de reconhecimento do curso tramita no ministério desde 1994 e agora encontra-se na Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, com parecer favorável da Secretaria Nacional de Ensino Superior (Sesu).

Depois de afirmar que a instalação de cursos superiores no interior do País já é extremamente difícil, Ademir Andrade disse que, quando a iniciativa privada consegue implantá-los, o governo, através do Ministério da Educação, praticamente os inviabiliza com toda espécie de dificuldades.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou ontem que o governo brasileiro precisa ter uma estratégia definida para entrar no processo de globalização e está na obrigação de dizer qual vai ser o esquema para isso, quais as formas que vai utilizar para entrar nessa aldeia global. "Não estou cobrando já uma posição do governo, mas que ele tenha, dentro da globalização, sua estratégia", acrescentou.

- Abrir as importações e esmagar a indústria nacional parece uma decisão equivocada - disse Simon, defendendo a adoção de mecanismos de proteção à indústria nacional, como o fez esta semana a União Européia sobretaxando as peças de automóveis produzidas nos Estados Unidos, Japão, Coréia e Brasil.

Simon salientou que, além da indústria de brinquedos, setor no qual várias empresas pediram concordata, a indústria de autopeças nacional está



Pedro Simon

vivendo uma situação dramática. O senador condenou a importação, pelo Brasil, de um milhão de toneladas de picanha dos Estados Unidos. "Entender a globalização, sim; abrir fronteiras, sim; mas vamos proteger o que é nosso", frisou Simon, assinalando que o sapato, o suco e outros produtos nacionais são taxados naquele país.

Em apartes, os senadores Geraldo Melo (PSDB-RN), Romeu Tuma (PSL-SP), Lauro Campos (PT-DF) e Fernando Bezerra (PMDB-RN) apoiaram o discurso de Simon. Fernando Bezerra disse que é dever de cada país

proteger sua economia como fez a Comunidade Européia, e acrescentou que os empresários compreenderam a abertura do mercado, mas lamentaram que ela não tenha sido feita para proteger o emprego.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou que o Brasil foi sempre um país exportador e ainda não está preparado para a nova fase de globalização, para combater os países que estão exportando com subsídios e fazendo *dumping*. O senador Onofre Quinan (PMDB-GO) observou que a indústria de autopeças tem que ter proporcionalidade com a dos veículos.

Já o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) discordou de Simon, por entender que a globalização é um processo complexo, mas que vai trazer muitos benefícios ao País. Para Távola, o grande mérito do governo de Fernando Henrique é preparar o Brasil para entrar nessa competição mundial.

## Sebastião Rocha manifesta solidariedade a Benedita

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) manifestou solidariedade à senadora Benedita da Silva (PT-RJ) que, segundo o parlamentar, "foi agredida verbalmente" pelo novo presidente do Sebrae, Pio Guerra.

- Ele pisou na bola. Sua manifestação teve um elevado grau de preconceito racial, o que eu considero um insulto à senadora e à Casa - assinalou Sebastião Rocha, destacando a luta desenvolvida por Benedita da Silva em favor das minorias e dos discriminados.

Para o senador, o pedido de desculpas do presidente do Sebrae não foi suficiente. "Ele não devia nem ser sustentado

no cargo. Mas isso é problema do Sebrae", afirmou.

### AUMENTO DO ITR

Sebastião Rocha também justificou seu apoio à medida provisória que elevou as alíquotas do ITR, por considerá-la, ao lado do projeto que estabelece o rito sumário, fundamental para a paz no campo. "Isso mostra que a oposição não é sectária nem trabalha contra os interesses da Nação e contra o governo, nesta Casa", disse.

Na opinião do senador, "o importante é que os latifundiários saibam que a eles também cabe uma parte da renúncia - pagamento de impostos - porque milhares de trabalhadores estão renunciando à própria



Sebastião Rocha

vida por um pedaço de terra para poder trabalhar e produzir".

Sebastião Rocha criticou ainda a mobilização visando ao ressurgimento da UDR. Em aparte, o senador Jefferson Peres (PSDB-AM) apoiou o aumento do ITR, ressaltando que na Amazônia a questão deve ter tratamento diferenciado. Levy Dias (PPB-MS) disse que a terra improdutiva tem que ser taxada. Já o senador Ernandes Amorim (RO) criticou a medida.



# PDV ameaça direitos de servidores, adverte Emília

*Segundo a senadora, programa submete categoria a "um processo de desmoralização injustificável e a um brutal arrocho salarial"*

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) disse que o Programa de Desligamento Voluntário (PDV) ameaça os direitos adquiridos pelos funcionários públicos e submete a categoria a "um processo de desmoralização injustificável e a um brutal arrocho salarial".



Emília

- Instituído por medida provisória, o PDV, antes de enfrentar o problema da qualificação, da eficiência e da modernização do serviço público, pelo que estamos assistindo, transformou-se em instrumento de desorganização da máquina estatal - afirmou a senadora, para quem o "País precisa de um Estado cada vez mais presente no cotidiano da sociedade, com funcionários preparados e estimulados".

Para Emília, as dificuldades salariais impostas e o desestímulo profissional constante "tiram da medida o caráter voluntário". Na opinião da senadora, as alternativas

apontadas pelo governo no sentido de que os demitidos poderão conseguir empregos vantajosos ou montarem empresas com os recursos oriundos da indenização são de alto risco. Isto porque há altas taxas de desemprego no mercado, além da economia recessiva vigente no Brasil, ressaltou.

A senadora observou que a política de corte do funcionalismo e a das privatizações

vêm sendo apresentadas como saída para a redução dos gastos públicos, aumento da máquina pública e maior investimento nas áreas sociais. Entretanto, a seu ver, trata-se de uma solução injusta e ineficiente. "Como explicar o aumento sistemático do déficit público, se os funcionários estão sendo demitidos e os salários estão congelados há exatos 23 meses?", indagou.

## Escórcio defende reajuste

O senador Francisco Escórcio (PFL-MA) defendeu a reposição das perdas salariais dos funcionários do Senado. Escórcio, que assumiu o mandato como suplente do senador licenciado Alexandre Costa (PFL-MA), disse que aprendeu com este a respeitar os servidores da Casa.



Escórcio

- Sua Excelência fazia os maiores elogios a esses funcionários. Dizia-me ter aqui gente muito experiente e capaz. Agora, conheci, na prática, a dedicação, o carinho

e a competência desses funcionários - disse.

Depois de reportar-se à perda do poder aquisitivo dos servidores da Casa, Escórcio afirmou que "vários senadores têm-se preocupado com isso. O que nós pedimos é, ao menos, a reposição das perdas, o que chega a um terço dos salários dos funcionários. Quero pedir à Casa que estude essa nossa solicitação. Somos um Poder autônomo, podemos mostrar ao País que somos capazes de fazer a justiça social".

## Odacir: Querem criar bode expiatório

O senador Odacir Soares (PFL/RO) voltou a criticar a Medida Provisória 1.522, referente ao funcionalismo, afirmando que "há uma tentativa de converter o servidor público em bode expiatório dos fracassos da gestão financeira, acumulados em sucessivos governos".

Ele disse que o servidor é "impiedosamente exposto à execração pública" cada vez que o Ministério da Administração anuncia medidas restritivas à categoria, além de so-



Odacir Soares

frer o menosprezo aos direitos adquiridos.

Ao lembrar pronunciamento que fez contra o pacote, Odacir manifestou seu apoio a carta-circular que recebeu do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, na qual apela aos parlamentares no sentido de votarem pela rejeição da medida provisória. Segundo os sindicalistas, a MP contém dispositivos inoportunos e inconvenientes, no momento em que tramita no Congresso a emen-

da sobre a reforma administrativa.

Odacir citou a seguinte declaração do presidente do STF, Sepúlveda Pertence: "O problema é que o funcionário público também tem direitos e isso está sendo esquecido no País. Não entendo que se pretenda fazer reforma administrativa começando por destruir, por desmoralizar, por baixar a auto-estima do servidor público. Sem funcionário público não se faz reforma administrativa. Empresário não fará reforma administrativa".

## Estréia hoje o Coral do Senado

O Coral do Senado fará hoje sua estréia oficial, no Salão Negro do Congresso Nacional. A apresentação terá início às 18h30, e será assistida pelo presidente do Senado Federal, José Sarney, entre outros convidados. O Coral é composto por 60 funcionários dos diversos escalões da Casa e será regido pela maestrina Glicínia Mendes, que é uma das coordenadoras da Escola de Música de Brasília (EMB).

A apresentação contará com a presença de músicos convidados como David Reis, que atuará como auxiliar da maestrina; os flautistas Sidney Maia e Paloma Godoy; além da participação da *Orquestra do Noturno*, da Escola de Música de Brasília, sob a regência do maestro Frederico Magalhães.

O ponto alto do repertório a ser apresentado é o tema *Jesus Alegria dos Homens*, de J. S. Bach. Do programa constam, ainda, *Laudate*, de Leavit, que será apresentada em primeira audição no Brasil; *Glória Medieval*, de V. Singh, e *Happy Christmas*, de John Lennon, entre outras.

Ensaaiando desde agosto, o Coral do Senado tem outras atividades programadas para o mês de dezembro: no dia 7 ele se apresenta na Escola de Música de Brasília, às 19h. Participará da "Caminhada de Natal", na qual integrantes passearão entre o Cegraf, o Prodasen e o Serviço Médico, fazendo três apresentações à tarde e três à noite; e fará uma visita a um hospital ainda não definido, em que cantará apenas músicas natalinas.



# CAE deve ouvir Malan e Brito sobre privatização

*Requerimento de Ademir Andrade visa obter esclarecimentos sobre venda de ativos da Eletronorte, em que, segundo o noticiário dos jornais, estaria havendo irregularidades*



A CAE também aprovou ontem substitutivo sobre distribuição dos recursos do salário-educação

## Comissão recebe resposta do BC sobre deságio

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), comunicou que recebeu resposta do Banco Central ao ofício enviado àquele órgão pela comissão solicitando informações sobre o deságio referente a "todas as emissões de títulos aprovadas/autorizadas pelo Senado entre 1995 e 1996, para pagamento de precatórios judiciais anteriores à Constituição de 1988, tanto de estados quanto de municípios".

Segundo o BC, emitiram títulos no período os estados de Alagoas, Pernambuco, Santa Catarina e São Paulo, e os municípios de Campinas, Osasco e Guarulhos. O BC esclarece que "na apuração do deságio médio anual não foram incluídos eventuais pagamentos de comissões e/ou corretagens e foi considerado o valor obtido na primeira negociação dos títulos".

O senador Wilson Kleinübing (PFL-SC) disse que tratará do assunto durante as audiências da CPI dos Títulos Públicos. Segundo ele, "não há maior forma de endividamento público do que a emissão de títulos com deságio".

## Requião pede informação sobre operações do estado do Paraná

A CAE aprovou ontem novo pedido de informações do senador Roberto Requião (PMDB-PR) dirigido ao governo do Paraná sobre questões que o parlamentar considera importantes para instruir pedido de autorização de empréstimo no valor de US\$ 175 milhões, feito pelo estado para o Programa Paraná Doze Meses.

Requião quer saber qual o teor dos contratos firmados entre o Paraná e as empresas Renault e Chrysler para a ins-



Requião

talação de montadoras no estado; o total da alienação de ações de empresas públicas, bem como a destinação dos recursos apurados; o demonstrativo financeiro das contas do estado, de setembro até agora; a análise das despesas efetuadas desde janeiro; e a correspondência entre o estado e o BID em 1996.

O senador Osmar Dias (PR), relator da matéria, explicou que a demora na apresentação de seu parecer se deveu ao recente período eleitoral.

## "Governo descumpra lei"

O senador Roberto Requião disse ter sido informado de que o governo do Paraná criou 400 cargos na Procuradoria da Justiça e que tramita na Assembleia Legislativa projeto permitindo a incorporação por servidores de vantagens para fins de aposentadoria.

Ele afirmou que essas medidas terão reflexos pesadíssimos nos cofres do Paraná e anunciou que buscará caminhos legais

que decretem a inconstitucionalidade dessas leis.

Requião destacou também que o governo do Paraná pleiteia junto à CAE autorização para obter financiamento que, em sua opinião, extrapola os limites impostos pela lei Rita Camata - que restringe a 60% da receita do estado os gastos com a folha de pessoal. Conforme o senador, está claro que o governo paranaense vem descumprindo a lei Rita Camata.

Os ministros do Planejamento, Antônio Kandir, e de Minas e Energia, Raimundo Brito, deverão comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a fim de prestar esclarecimentos acerca do processo de privatização dos ativos da Eletronorte, constituídos por seus sistemas elétricos na região Norte. O requerimento de convocação, de autoria do senador Ademir Andrade (PSB-PA), foi aprovado ontem pela comissão.

Na mesma audiência, cuja data ainda será definida, também deverão ser ouvidos o presidente do BNDES, o presidente da Eletronorte e o presidente da Eletrobrás.

Ao justificar seu requerimento, o líder do PSB ressaltou que o noticiário dos jornais tem divulgado que há irregularidades na condução do processo de privatização da Eletronorte, causando inquietação à população da Amazônia. "As mudanças afetarão diretamente a vida de 19 milhões de brasileiros", enfatizou. Ademir defende a presença do governo federal para a implantação de infra-estrutura no setor de energia elétrica na Amazônia.

Na mesma reunião, presidida pelo senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), a CAE aprovou substitutivo a projetos dos senadores Waldeck Ornelas (PFL-BA) e Joel de Hollanda (PFL-PE) dispo-  
sido sobre nova regulamentação para a distribuição dos recursos do salário-educação. A matéria foi relatada pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). No parecer, ele destacou que a partir da vigência da futura lei os recursos serão transferidos mensalmente do órgão arrecadador ao gestor educacional da União, que fará as transferências aos estados em dez dias. O projeto depende ainda de deliberação do plenário.

# Senado aprova acordos firmados pelo Brasil no âmbito do Mercosul

*Um dos documentos prevê facilidades para instalação de empresas e o outro fixa condições para reconhecimento de diplomas e certificados*

O Senado aprovou ontem projetos de decreto legislativo referentes a acordos internacionais firmados pelo governo brasileiro. Um deles prevê facilidades recíprocas para empresários do Brasil e da Argentina que queiram instalar suas atividades em um ou outro país, no âmbito do Mercosul.

Os senadores aprovaram ainda um protocolo de integração educacional firmado pelos ministros da Educação dos países que fazem parte do Mercosul. Pelo documento acolhido pelo Senado, diplomas, certificados

e títulos serão reconhecidos "nas mesmas condições estabelecidas pelo país de origem para os alunos egressos das instituições educacionais oficialmente reconhecidas".

O outro acordo aprovado foi assinado pelo governo brasileiro em São José, Costa Rica, com o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e o Tratamento do Criminoso.

O terceiro acordo referendado pelo Senado, celebrado pelos governos do Brasil e Portugal em abril de 1996, estende a isenção de vistos a mem-

brs de missões culturais e profissionais de imprensa, já concedida a turistas e homens de negócios.

## TIMOR

Os líderes da resistência timorense, dom Carlos Filipe Ximenes Belo e José Ramos Horta, que conquistaram o Prêmio Nobel da Paz de 1996, deverão receber voto de aplauso e solidariedade do Senado Federal por seus trabalhos na busca de uma solução justa e pacífica para o conflito armado em Timor Leste.

A iniciativa de apresentação do requerimento, aprovado ontem pelo plenário, foi da senadora Benedita da Silva (PT-RJ) e dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

*Aprovado também voto de solidariedade a líderes do Timor Leste*

## Palmeira quer manter contribuição obrigatória das empresas para o sistema Senai/Senac

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) pediu ontem a manutenção das formas de financiamento do sistema Senai/Senac, que funciona por meio de contribuições patronais de caráter compulsório. Para ele, a tentativa de tornar voluntária a fonte de recursos dessas instituições, sob pretexto de diminuir o "custo Brasil", significa "a inviabilização de milhares de projetos cujos resultados já não pre-



**Guilherme Palmeira**  
cizam ser testados".

- A parte mais efetiva da formação e qualificação profissional no País está hoje a cargo do

Senai e do Senac, assim como a assistência mais dinâmica e qualificada no campo social (Sesi e Sesc), em matéria de prevenção da saúde, assistência alimentar e oportunidades recreativas e culturais - disse.

Palmeira citou como exemplo o estado de Alagoas, onde, salientou, continuam sendo enormes as carências sociais e seria inconcebível que essas instituições deixassem de atuar.



## Humberto Lucena Lucena destaca homenageados pelo Legislativo

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) registrou ontem a entrega pelo presidente da Câmara dos Deputados, Luís Eduardo Magalhães, da medalha do mérito do Poder Legislativo. Foram agraciados com a homenagem os juristas Saulo Ramos e José Paulo Bettiol, o médico Alofzio Campos da Paz e Mozart Vianna de Paiva, secretário-geral da Câmara.

Lucena destacou a conveniência e importância da solenidade, dando seu testemunho de que Saulo Ramos jamais cobrou um centavo do Legislativo quando teve de defendê-lo junto ao Poder Judiciário. E leu o discurso proferido pelo jurista naquela homenagem, no qual este ressaltou que sempre se orgulhou de patrocinar e defender judicialmente o Parlamento brasileiro.

AS SESSÕES DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FORAM PRESIDIDAS PELOS SENADORES JÚLIO CAMPOS, LEVY DIAS, ERNANDES AMORIM, NEY SUASSUNA E VALDECK ORNELAS

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho  
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares  
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias  
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna  
■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva

O Jornal do Senado é distribuído também nos vãos da Vasp que saem de Brasília

### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal  
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita  
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade  
■ Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso  
Diagramação - Sérgio Silva, Wesley Carvalho e Osmar Miranda  
■ Fotos - Célio Azevedo, Mécia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral  
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal